

Curso de Gestão da Mobilidade Urbana

Ensaio Crítico - Turma 3

Será que essa prioridade será feita com responsabilidade?

Cleide Adriana Vieira (*)

O tema da moda hoje é a Mobilidade Urbana. A lei 12.587/2012 regulamenta que os Gestores Públicos devam elaborar até 2015 seus Planos de Mobilidade Urbana, em função de que haverá uma punição às cidades que não cumprirem a Lei, punição esta que reterá os recursos Federais para ações de Mobilidade Urbana. Claro que os Gestores vão dar prioridade a essa questão, mas será que essa prioridade será feita com responsabilidade? Terá uma fiscalização do Governo Federal, da Câmara de Vereadores para que esses planos não sejam apenas um documento que cumpre a legislação e fiquem engavetados!

A Mobilidade Urbana tem que contemplar toda a população, seja: pessoas com necessidades especiais: cadeirantes, idosos, gestantes e isso não só no trânsito, mas a mobilidade deve estender-se ao acesso dessas pessoas aos edifícios públicos, particulares, escolas, shoppings, centros de saúde e etc. Mobilidade Urbana é o direito do cidadão de ir e vir, seja a pé, de bicicleta, de cadeira de roda, de transporte público ou de automóvel particular, com total conforto, segurança e agilidade.

Infelizmente, hoje as pessoas acham que ter status é pegar seu automóvel e estacionar em frente ao local desejado, poder transitar sem ter que respeitar uma faixa de pedestre, um ciclista ou um motociclista. Mas também não podemos esquecer que os motoristas do Transporte Público não respeitam as leis, que andam em alta velocidade e que passam em sinais vermelhos esquecendo que transportam vidas. Lembro que citei num fórum que é fundamental a mudança cultural de uma sociedade, pois a cada dia cresce mais o número de automóveis. Infelizmente, os sistemas viários não foram planejados para comportar essa demanda e as cidades estão vivendo um verdadeiro caos. Porque não utilizamos outros meios de transporte?

O Transporte Público de qualidade, com tarifas justas, com um bom planejamento operacional que visa à segurança, agilidade e principalmente que otimiza o tempo despendido na viagem poderá agregar mais passageiros. Um passeio público com calçadas que sigam um padrão de acessibilidade e conforto e que as pessoas possam fazer seus deslocamentos de pequena e média distância com segurança, também vai levar mais pessoas às ruas. Porém, é importante destacar que temos que cobrar de nossos políticos maior empenho e responsabilidade na aprovação de projetos. Que projetos como descontos e gratuidades na tarifa do Transporte Coletivo sejam aprovados mediante identificação de quem irá subsidiar estas gratuidades e isenções, tirando esse custo do passageiro comum. Cabe então aos políticos ter a consciência



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS-ANTP

que a qualidade dos projetos aprovados é muito mais relevante que a quantidade de projetos aprovados, projetos estes, que não tragam qualidade de vida aos cidadãos.

Fazendo uma leitura na lei da Mobilidade Urbana, vimos que os municípios precisam fazer seus planos com participação plena da sociedade civil. Caberá aos Gestores Públicos a fiscalização de todo o processo do Plano. Vejo que é a hora do Poder Público divulgar e chamar as pessoas para uma participação atuante, apresentando planos consistentes, pois vamos planejar a cidade a curto, médio e longo prazo, com ações para 10, 20 ou 30 anos. Importante aqui destacar que serão ações que mudarão a qualidade de vida de toda a população e serão legitimados pela própria população.

Mediante o acima exposto, termino meu ensaio com um parágrafo na íntegra da Parte III do Curso Gestão da Mobilidade Urbana Lição 01 – Tela 02, que considero muito relevante.

“... As cidades não são o que são por obra do acaso, mas por decorrência das ações e escolhas tomadas desde muitos anos por aqueles que tiveram (e têm) o poder de interferir, no campo econômico ou no campo político, assim como da forma como os empreendimentos imobiliários ocuparam (e ocupam) a área urbana, da omissão ou interferência da administração pública, pela ausência de planejamento ou da falta de controle e fiscalização do plano existente e da falta de protagonismo da sociedade.”

“...As Cidades de hoje nada mais são que o futuro delas mesmas quando ainda estavam no passado...”

() Cleide Adriana Vieira, formada em engenharia de agrimensura, Analista de Cartografia e Geoprocessamento da Universidade do Extremo Sul Catarinense - IPAT*